



Classificação: Documento Ostensivo

Restrição de Acesso: não se aplica

Unidade Gestora: AJ/JUAARH (Classificação conforme OS PRESI nº 001/2015 – BNDES)

19
H

Anexo I ao Contrato OCS nº 494/2018

Resolução DIR nº 3.341/2018-BNDES, de 14/08/2018



H
Hugo Ribeiro Ferreira
OAB/RJ nº 58.426
Advogado

/
m

RESOLUÇÃO Nº 3341 /2018 - BNDES

Assunto: Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES

Referência: INFORMAÇÃO PADRONIZADA CONJUNTA ACRI/DEMKT nº 23/2018, de 28/06/2018, e AARH/DELIC nº 34/2018, de 12/07/2018.

Endossando o parecer do Relator, a Diretoria do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I, alínea b, e VII do artigo 19, do Estatuto Social do BNDES, e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o novo Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES, cujo texto foi consolidado nos termos constantes do Anexo à presente Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se a Resolução nº 3164 de 03.07.2017.

Rio de Janeiro, 14 AGO 2018



Dyogo Henrique de Oliveira
Presidente

Participaram dessa deliberação
os seguintes membros da Diretoria:

Dyogo Henrique de Oliveira

Cláudia Pimentel Trindade Protes

Ricardo Luiz de Souza Ramos

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade

Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari

Marcelo de Siqueira Freitas

 **BNDES**

Hugo Ribeiro Ferreira
Advogado



REGULAMENTO DO CONCURSO PARA ESCOLHA DE ESPETÁCULOS
MUSICAIS PARA APRESENTAÇÃO
NO ESPAÇO CULTURAL BNDES

Art. 1º – O presente Regulamento tem por finalidade estabelecer normas gerais para realização do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES, a ser promovido, periodicamente, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Art. 2º – A abertura do concurso a que alude o presente Regulamento será proposta pelo Chefe do Departamento de Marketing (ACRI/DEMKT) da Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI), e autorizada pelo Superintendente da Área de Administração e Recursos Humanos, por meio de Informação Padronizada (IP) instruída com as seguintes informações:

- I. Justificativa para realização do Concurso, inclusive quanto ao prazo de validade dos contratos a serem celebrados;
- II. Objeto do concurso, descrito de forma clara e sucinta, bem como o prazo de inscrições, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias úteis;
- III. Indicação do período de realização dos espetáculos;
- IV. Os horários e o local de realização dos espetáculos;
- V. A classificação dos espetáculos por categorias ou por categorias e gêneros;
- VI. O quantitativo de vagas por categoria ou por categorias e gêneros e respectiva remuneração, bem como o valor global destinado à remuneração dos espetáculos;
- VII. A justificativa do valor das contratações, por categoria ou por categorias e gêneros;
- VIII. As condições, informações e documentação necessárias à participação no concurso;
- IX. A indicação dos critérios de julgamento das propostas, segundo o melhor conteúdo artístico, conforme estabelecido no art. 54, V, da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e alterações posteriores;
- X. As condições de realização dos espetáculos;
- XI. Indicação da disponibilidade de recursos e respectiva dotação orçamentária (rubrica e código da unidade orçamentária);
- XII. Indicação do gestor do contrato, o qual será responsável pela liquidação da despesa e pelo atestado de cumprimento das obrigações contratuais, consoante as disposições do artigo 40, VIII da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e alterações posteriores;
- XIII. As obrigações a serem cumpridas pelos licitantes vencedores; e
- XIV. A indicação da Comissão Examinadora do concurso.

Parágrafo Primeiro - O Departamento de Marketing da Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI/DEMKT) submeterá a Informação Padronizada (IP) ao Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC) para manifestação jurídica previamente à aprovação da Autoridade Administrativa.

Art. 3º - Autorizada a realização do concurso, o Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC) fará a divulgação, mediante publicação de Aviso de Abertura do Concurso no Diário Oficial da União, no portal do BNDES e em Jornal de Grande Circulação Nacional, sem prejuízo de eventual divulgação em outras mídias.

Art. 4º - A inscrição no Concurso poderá ser feita por pessoas jurídicas, microempreendedores individuais (MEI) ou empresários individuais que cumprirem as exigências legais e regulamentares previstas no instrumento convocatório do concurso e na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e alterações posteriores.

Art. 5º - O edital estabelecerá os documentos necessários para fins de inscrição e habilitação no Concurso, sendo que serão requeridos, nestas fases, somente documentos que descrevam o projeto musical e comprovem a legitimidade de representação dos músicos.

Art. 6º - O resultado final do Concurso será publicado no Diário Oficial da União pelo Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC) e disponibilizado no portal do BNDES, sendo assegurada, a todos os interessados, a possibilidade de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação do resultado final.

Parágrafo Primeiro - Realizada a análise das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão Examinadora poderá reconsiderar sua decisão, ou, no caso de sua manutenção, deverá encaminhar o recurso, instruído com a Ata de Julgamento, ao Superintendente da Área de Administração e Recursos Humanos, para sua decisão.

Parágrafo Segundo - Em relação ao julgamento técnico, não haverá revisão de nota, exceto em caso de erro material no cálculo da nota final (média das notas dos pareceristas da Subcomissão de Seleção de que trata o art. 11), podendo a correção ocorrer de ofício ou por decisão da Comissão Examinadora no julgamento de recurso.

Art. 7º - A homologação da licitação e a adjudicação do seu objeto caberão ao Superintendente da Área de Administração e Recursos Humanos, mediante proposição do Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC).

Art. 8º - Os licitantes vencedores cujos espetáculos sejam classificados dentro do número de vagas estabelecido no edital, bem como os

licitantes que compõem o cadastro de reserva poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para firmar contrato com o BNDES, recebendo a remuneração estipulada para a respectiva categoria e gênero.

Parágrafo Primeiro - Será condição para a contratação dos licitantes o atendimento aos requisitos de regularidade fiscal estabelecidos no edital.

Parágrafo Segundo - Somente será analisada a regularidade fiscal dos licitantes convocados, respeitada a ordem de classificação, para firmar contrato com o BNDES.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de impossibilidade do licitante em assinar o contrato, os recursos financeiros respectivos serão redirecionados para outro projeto, respeitada a ordem de classificação aprovada. Não será permitido o redirecionamento dos referidos recursos para projetos que não constem na lista de vencedores e/ou cadastro de reserva.

Parágrafo Quarto - Cada espetáculo será realizado uma única vez por temporada, com entrada franca.

Art. 9º - Os projetos musicais selecionados com o Concurso poderão compor a programação do Espaço Cultural **BNDES** pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de homologação e a critério do BNDES.

Parágrafo Primeiro - Caso o número de licitantes classificados para determinada(s) categoria(s) e gênero(s) não seja(m) suficiente(s) para compor a programação do Espaço Cultural **BNDES** juntamente com as demais categorias ou gêneros previstos no Edital, poderá ser realizado, a critério do BNDES, um novo concurso exclusivamente para esta(s) categoria(s) ou gênero(s) com número insuficiente de licitantes classificados, de forma a completar a programação para todas as categorias ou gêneros previstos no Edital.

Art. 10º - São responsáveis pela condução dos trabalhos referentes ao Concurso:

I. O Departamento de Marketing da Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI/DEMKT);

II. O Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC); e

III. A Comissão Examinadora.

Parágrafo Primeiro - Caberá ao ACRI/DEMKT:

I. Elaborar a Informação Padronizada (IP) de proposição do Concurso, a qual deverá conter os requisitos descritos no art. 2 deste Regulamento;

II. Secretariar os trabalhos da Comissão Examinadora, promovendo todas as medidas de apoio necessárias, tais como a disponibilização de local próprio para a realização das reuniões da Comissão Examinadora;

III. Elaborar a Informação Padronizada (IP) de proposição da contratação dos membros externos da Comissão Examinadora de que trata o art. 11;

IV. Fornecer as informações necessárias ao Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC) na condução do Concurso, inclusive elaborando tempestivamente a minuta de resposta a eventuais questionamentos que não sejam de cunho estritamente jurídico;

V. Providenciar a divulgação dos espetáculos;

VI. Disponibilizar a infraestrutura necessária à realização dos espetáculos;

VII. Indicar gestor para fiscalizar a execução dos contratos; e

VIII. Arquivar, em pasta própria, documentação pertinente a cada edição do concurso e encaminhá-la ao arquivo da Gerência de Documentos do Departamento de Administração Geral da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DEPAD/GDOC).

Parágrafo Segundo – Caberá ao AARH/DELIC:

I. Apoiar, no âmbito das suas atribuições, todos os trabalhos da Comissão Examinadora e do ACRI/DEMKT na realização do Concurso, inclusive através da análise jurídica do procedimento;

II. Com base no Projeto Básico elaborado pelo ACRI/DEMKT, divulgar a abertura do Concurso, responsabilizando-se pela divulgação atualizada dos respectivos andamentos;

III. Conduzir o andamento do Concurso, sob as orientações do ACRI/DEMKT no que diz respeito aos aspectos técnicos, no âmbito de suas atribuições; e

IV. Formalizar as contratações dos espetáculos, de acordo com o calendário de apresentações estabelecido pelo ACRI/DEMKT.

Parágrafo Terceiro – Caberá à Comissão Examinadora:

I. Analisar o atendimento dos requisitos de inscrição e aceitabilidade das propostas constantes no edital;

II. Analisar e julgar os projetos de espetáculo inscritos e classificá-los por ordem decrescente de pontuação; e

III. Verificar os documentos e analisar sua conformidade com os requisitos necessários à habilitação no concurso e às condições de contratação previstas no Edital.

Parágrafo Quarto – A Comissão Examinadora deverá consultar o AARH/DELIC no caso de dúvida jurídica acerca da interpretação que deva ser conferida ao edital em casos concretos.

Art. 11 – A Comissão Examinadora será composta por:

I – uma **Subcomissão de Análise Preliminar dos Projetos**, à qual caberá as funções descritas no inciso I do parágrafo terceiro do art. 10;

II – uma **Subcomissão de Seleção**, à qual caberá as funções descritas no inciso II do parágrafo terceiro do art. 10;

III – uma **Subcomissão de Habilitação**, à qual caberá as funções descritas no inciso III do parágrafo terceiro do art. 10;

IV – um Presidente.

Parágrafo Primeiro – A presidência da Comissão Examinadora será exercida por membro interno proveniente da Gerência de Eventos e Espaço Cultural do Departamento de Marketing na Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI/DEMKT/GEVEN), designado para tal fim por ato do Chefe de Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC).

Parágrafo Segundo – Ao Presidente da Comissão Examinadora, que não tem direito a voto, exceto em caso de empate, cabe definir e coordenar os procedimentos adotados pelas Subcomissões, bem como zelar pelo cumprimento dos atos necessários ao bom êxito do Concurso.

Parágrafo Terceiro – Caberá a cada uma das Subcomissões mencionadas nos incisos do art. 11 deste Regulamento a competência para analisar os questionamentos e/ou recursos interpostos contra as decisões por elas proferidas, possibilitando a sua reforma ou manutenção, remetendo, no caso de manutenção da decisão em sede de recurso, o recurso acompanhado da Ata de Julgamento ao Superintendente da Área de Administração e Recursos Humanos.

Art. 12 – A Subcomissão de Análise Preliminar dos Projetos será composta por até 8 (oito) empregados das empresas integrantes do Sistema BNDES, dentre os quais até 5 (cinco) lotados na Gerência de Eventos e Espaço Cultural do Departamento de Marketing na Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI/DEMKT/GEVEN) e até 3 (três) advogados executivos lotados no Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC), designados para tal fim por ato do Chefe de Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC).

Parágrafo Primeiro – A presidência da Subcomissão de Análise Preliminar dos Projetos será exercida por membro interno proveniente da Gerência de Eventos e Espaço Cultural do Departamento de Marketing na Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI/DEMKT/GEVEN), designado

para tal fim por ato do Chefe de Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC).

Art. 13 – A Subcomissão de Seleção será instituída por ato do Chefe de Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC), e será composta por até 11 (onze) pessoas de reputação ilibada e conhecimento no segmento de música, dentre os quais, no mínimo 01 (um) membro interno, selecionado dentre o corpo de funcionários das empresas integrantes do Sistema BNDES e no mínimo 04 (quatro) membros externos.

Art. 14 – Os membros externos da Subcomissão de Seleção serão profissionais de notório conhecimento no segmento de música, a serem convidados ou contratados pelo BNDES. Para a seleção dos membros externos da Subcomissão de Seleção deverão ser observados os seguintes parâmetros:

- I. multidisciplinaridade, garantindo a representatividade de profissionais atuantes no segmento de música, produtores, críticos, músicos, compositores, entre outros;
- II. variedade de conhecimentos, competências e experiências, compatíveis com as diferentes categorias e gêneros previstos no concurso;
- III. não permitir, observado o parágrafo sexto deste artigo 14, a contratação de membro externo por dois concursos seguidos, garantindo a renovação da Comissão Examinadora a cada edição do processo seletivo;
- IV. quanto ao perfil dos profissionais, é necessário que:
 - a) comprovem notório saber em suas áreas de atuação, no segmento de música, em atividades, por exemplo, de gestão cultural, produção artística, pesquisa e ensino em instituição de nível superior, cobertura jornalística e/ou crítica especializada em veículos de comunicação de massa de grande audiência em mídia impressa, rádio, digital ou TV;
 - b) seja observado, para a comprovação de notório saber, os seguintes parâmetros: anos de atuação profissional, prêmios recebidos no segmento de música, autoria ou coautoria em publicações ou álbuns, experiência como parecerista de projetos culturais em outras instituições e/ou bancas de concursos e/ou prêmios de abrangência nacional, clipping de críticas musicais ou colunas sobre o setor em veículos de grande circulação ou audiência, outras comprovações que tragam o reconhecimento da experiência do parecerista;
 - c) comprovem efetiva atuação profissional, no último ano, no segmento de música.

Parágrafo Primeiro – No caso de contratações diretas para os membros externos da Subcomissão de Seleção, tais contratações serão realizadas

na forma autorizada pelo normativo interno do Sistema BNDES que dispõe sobre as contratações diretas.

Parágrafo Segundo - A presidência da Subcomissão de Seleção será exercida por membro interno proveniente da Gerência de Eventos e Espaço Cultural do Departamento de Marketing na Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI/DEMKT/GEVEN), designado para tal fim por ato do Chefe de Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC).

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Superintendente da Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI), admitida a delegação ao Chefe do Departamento de Marketing (ACRI/DEMKT), propor a contratação direta dos membros externos da Subcomissão de Seleção.

Parágrafo Quarto - Os valores a serem pagos, quando for o caso, aos membros externos da Comissão Examinadora pelos serviços prestados serão uniformes e fixados, justificadamente, pelo Superintendente da Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI), admitida a delegação ao Chefe do Departamento de Marketing (ACRI/DEMKT), a cada edição do concurso.

Parágrafo Quinto - As investidas dos membros da Subcomissão de Seleção não excederão o período necessário à realização dos trabalhos referentes a cada edição do concurso.

Parágrafo Sexto - É vedada a recondução dos membros externos para a edição subsequente à qual foram investidos, salvo em casos excepcionais, devidamente fundamentados, por autorização expressa pelo Superintendente da Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI), admitida a delegação ao Chefe do Departamento de Marketing (ACRI/DEMKT).

Art. 15 - A Subcomissão de Habilitação será composta por até 8 (oito) empregados das empresas integrantes do Sistema BNDES, podendo ser até 5 (cinco) advogados executivos lotados no Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC) e até 3 (três) empregados lotados na Gerência de Eventos e Espaço Cultural do Departamento de Marketing na Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI/DEMKT/GEVEN), designados para tal fim por ato do Chefe de Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC).

Parágrafo único - A presidência da Subcomissão de Habilitação será exercida por membro interno proveniente do Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC), designado para tal fim por ato do Chefe de Departamento de Licitações da Área de Administração e Recursos Humanos (AARH/DELIC).

Art. 16 - As deliberações de cada uma das Subcomissões integrantes da Comissão Examinadora serão lavradas em ata e tomadas por maioria simples de votos de seus respectivos membros.

Art. 17. – Os membros da Comissão Examinadora estarão impedidos de se envolverem, de qualquer forma, em projeto inscrito no Concurso, sob pena de aplicação das sanções legais e administrativas cabíveis.

Parágrafo Primeiro – Os membros da Comissão Examinadora não poderão ser pessoas casadas, com relação de união estável, com vínculo de parentesco em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o 3º grau, com qualquer dos proponentes e/ou artistas por eles representados.

Parágrafo Segundo – Os casos de impedimento e de suspeição acaso arguidos serão examinados e decididos pelo Superintendente da Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI), admitida a delegação ao Chefe do Departamento de Marketing (ACRI/DEMKT).

Art. 18 – Havendo modificação na nomenclatura das unidades administrativas ou na estrutura organizacional do BNDES, o presente Regulamento permanecerá em vigor adequando-se a sua aplicação às normas de organização interna.

Art. 19 – O Concurso obedecerá às normas previstas neste Regulamento, nos editais de Concurso, aos ditames da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e alterações posteriores e ao Regulamento de Licitações do Sistema BNDES, no que forem aplicáveis.

Art. 20 – Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Superintendente da Área de Comunicação e Relacionamento Institucional (ACRI), admitida a delegação ao Chefe do Departamento de Marketing (ACRI/DEMKT).



Classificação: Documento Ostensivo

Restrição de Acesso: não se aplica

Unidade Gestora: AJ/JUAARH (Classificação conforme OS PRESI nº 001/2015 – BNDES)

29
A

Anexo II ao Contrato OCS nº 494/2018

Projeto Básico



Hugo Ribeiro Ferreira
OAB/RJ nº 58.426
Advogado

[Handwritten signature]

PROJETO BÁSICO**Contratação dos membros externos da Comissão Examinadora do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES - Temporada 2019-2020****1. Objeto**

O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados, a serem prestados por profissionais com notória especialização, de análise e julgamento dos projetos culturais inscritos no Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES, que visa à seleção de ao menos 160 (cento e sessenta) espetáculos musicais para integrarem a programação do Espaço Cultural BNDES (Projetos "Quintas no BNDES" e "Quartas Instrumentais") durante os anos 2019 e 2020. Os profissionais contratados integrarão a Subcomissão de Seleção da Comissão Examinadora do referido Concurso.

2. O Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES.

O Concurso obedecerá às normas previstas no Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES (Resolução DIR nº 3341/2018 - BNDES, de 14/08/2018), no próprio edital a ser publicado, aos ditames da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e alterações posteriores e ao Regulamento de Licitações do Sistema BNDES, no que forem aplicáveis.

3. A Comissão Examinadora

O processo de Seleção ficará a cargo de uma Comissão Examinadora, especialmente designada para tal finalidade. O julgamento e classificação dos projetos inscritos obedecerão aos critérios estabelecidos no Edital do Concurso. A Comissão Examinadora será composta por: uma Subcomissão de Análise Preliminar dos Projetos e uma Subcomissão de Habilitação, compostas somente por empregados das empresas do Sistema BNDES; e uma Subcomissão de Seleção, composta por um empregado das empresas do Sistema BNDES, que atuará como Presidente, e por 8 (oito) membros externos, compondo o júri técnico, aos quais caberão proferir o resultado do julgamento dos projetos, por meio da análise técnica e classificação por ordem decrescente de pontuação.

4. Descrição do Objeto

Conforme previsto no Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES, a Comissão Examinadora será composta por um Presidente e três Subcomissões, dentre elas a de Seleção, a quem caberá nos termos dos arts. 10, Parágrafo Terceiro, II e 11, Parágrafo Terceiro:

I. analisar e julgar os projetos de espetáculo inscritos e classificá-los por ordem decrescente de pontuação; e

II. analisar os questionamentos e/ou recursos interpostos contra as decisões proferidas pela Subcomissão de Seleção, possibilitando a sua reforma ou manutenção, remetendo, neste último caso, o recurso acompanhado da Ata de Julgamento ao Superintendente da Área de Administração e Recursos Humanos.

5. Qualificação Técnica

Os serviços de análise e julgamento dos projetos de espetáculo a serem prestados pelos membros externos são serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular, tendo em vista que requerem conhecimentos técnicos específicos e diferenciados, não generalizados, que não podem ser comparados objetivamente em uma licitação pública.

Para esta contratação, o BNDES visa profissionais de reputação ilibada que possuam real notoriedade, no que se refere ao reconhecimento público, e especialização, em função da sua capacidade técnica, elementos que são necessários diante da subjetividade que norteia o certame. Desse modo, o profissional deve atender aos seguintes critérios:

- I. experiência profissional no campo da música, em atividades artísticas ou relacionadas ao mercado de música, à mídia especializada ou à academia;
- II. reconhecido conhecimento de música; e
- III. ecletismo / visão plural de diferentes vertentes e manifestações artísticas.

6. Obrigações da Contratada

Além das obrigações previstas na Lei nº 13.303/16 e no Contrato, a Contratada tem como obrigações:

- I. Manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo BNDES;
- II. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o BNDES;
- III. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- IV. Reparar todos os danos e prejuízos causados ao BNDES, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da Gestora do Contrato;
- V. Pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o BNDES, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade;
- VI. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pela Gestora do Contrato;
- VII. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo BNDES para a adequada execução do Contrato;
- VIII. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do BNDES, principalmente no que se refere ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo BNDES;
- IX. Cumprir fielmente o Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES, aprovado pela Resolução DIR nº 3341/2018 - BNDES, de 14/08/2018 e o respectivo Edital do Concurso;
- X. Abster-se de comentar ou revelar os projetos e os trabalhos da Subcomissão de Seleção até a entrega do relatório final, obrigando-se a não revelar, a qualquer tempo, os métodos e critérios adotados pela seleção, bem como a avaliação de qualquer dos

projetos, assumindo obrigação de confidencialidade, mantendo sigilo de todas as informações a que tiver conhecimento na qualidade de membro da Subcomissão de Seleção;

- xI. Comparecer ao BNDES, sempre que convocado, para participar de reuniões ou prestar esclarecimentos. No caso dos membros da Comissão Examinadora que se encontrarem domiciliados fora do Rio de Janeiro/RJ, a participação poderá se dar remotamente, a partir dos escritórios de representação do BNDES ou presencialmente, a critério do BNDES. Neste último caso, as despesas referentes às passagens e hospedagem, se for o caso, correrão por conta do BNDES, diretamente, devendo o Banco providenciar e encaminhar aos membros externos da Comissão as passagens ou bilhetes necessários a seu deslocamento.
- xII. Receber para análise os projetos habilitados que lhe forem distribuídos pelo BNDES através do Departamento de Marketing do BNDES – ACRI/DEMKT;
- xIII. Proceder, no prazo definido pelo BNDES, à análise dos aludidos projetos, atribuindo nota a cada um dos projetos habilitados, conforme as regras estabelecidas no Edital do Concurso;
- xIV. Remeter ao BNDES, no prazo definido, os conceitos dos projetos analisados;
- xV. Participar de reuniões com os demais membros da Subcomissão de Seleção para debates e justificativas acerca da avaliação de cada projeto, envidando esforços para a melhoria da avaliação, reavaliando ou não seu julgamento após a realização das reuniões;
- xVI. Após a análise e julgamento dos projetos inscritos, juntamente com os demais membros da Comissão Examinadora, proceder à classificação destes por ordem decrescente de pontuação; e
- xVII. Comunicar ao BNDES, caso tenha ciência da existência de projeto inscrito, no qual quaisquer dos proponentes e/ou artistas por eles representados sejam pessoas casadas, com relação de união estável, com vínculo de parentesco em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o 3º grau, com a Contratada.

7. Vigência Contratual

A vigência contratual será de **9 (nove) meses** a contar de sua assinatura.

8. Reajuste de preços

Considerando o prazo de vigência do Contrato a ser celebrado, não se admite reajuste ou repactuação de preços, devendo a Contratada arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

9. Valor da Contratação e Pagamento

O valor da contratação será de até R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) para cada profissional, composto da seguinte forma:

a) quantia fixa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser paga pela avaliação de até 200 (duzentos) projetos; e

b) quantia variável de R\$ 40,00 (quarenta reais) por projeto excedente, a ser paga pela análise dos projetos que ultrapassarem a soma anterior de 200 (duzentos) projetos, limitada ao número de 250 (duzentos e cinquenta) projetos excedentes, perfazendo, assim, a quantia variável de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

O pagamento será feito somente após a prestação do serviço, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data da apresentação do Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), ficando condicionado ao ateste pelo Gestor dos contratos e ao cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pelos contratados.

10. Penalidades

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo BNDES ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II – Multa de até 5% (cinco por cento), pela inobservância do disposto no subitem X ou XVII do item 6 do Projeto Básico, incidente sobre o valor total do Contrato a ser celebrado;

II – Multa de até 10% (dez por cento), apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor total do contrato na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato; e

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

11. Extinção Contratual

O Contrato a ser celebrado poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:

I. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;

II. em decorrência de atraso, lentidão ou paralisação injustificáveis da execução do objeto do Contratado, que caracterize a impossibilidade de sua conclusão no prazo pactuado;

III. na ausência de liberação, por parte do BNDES, de área, local ou objeto necessário para a sua execução, nos prazos contratuais;

IV. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Créditos, Sucessão Contratual e Subcontratação;

- VI. caso a futura contratada seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
- VII. em função da suspensão do direito de a futura contratada licitar ou contratar com o BNDES;
- VIII. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, cometido pela futura contratada no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
- IX. em razão do falecimento da futura contratada;
- X. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato; e
- XI. na hipótese de não realização do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES, objeto da prestação de serviço a ser contratada, sem obrigação para ambas as partes.

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário a mora superior a 90 (noventa) dias.

Os casos de extinção contratual previstos nesse projeto básico deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte e oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

12. Cessão de créditos e subcontratação

12.1 É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do Contrato a ser celebrado, bem como a emissão, por parte da futura contratada, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

12.2 É vedada a subcontratação para a execução do objeto previsto neste Projeto Básico.

13. Foro

Será competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes do Contrato a ser celebrado, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14. Matriz de riscos

A futura relação contratual terá como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo. Por conta disso identificam-se os riscos decorrentes da futura relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, ficam estabelecidos os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo I deste Projeto Básico.

É vedada a celebração de aditivos ao contrato a ser celebrado, decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da futura CONTRATADA.

15. Alterações Contratuais

O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I- as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- II - é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas neste Projeto Básico.

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.



Classificação: Documento Ostensivo

Restrição de Acesso: não se aplica

Unidade Gestora: AJ/JUAARH (Classificação conforme OS PRESI nº 001/2015 – BNDES)

Anexo III ao Contrato OCS nº 494/2018

Matriz de Riscos



Hugo Ribeiro Ferreira
OAB/RJ nº 58.426
Advogado

ANEXO III - MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco Atinente Ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercute no preço contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	BNDES



Hugo Ribeiro Ferreira
Advogado



MATRIZ DE RISCOS

Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (<i>hedge</i>).	Contratado



MATRIZ DE RISCOS

Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização do BNDES por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BNDES, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado
Risco Tributário e Fiscal (não tributário).	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BNDES..	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado.





Classificação: Documento Ostensivo

Restrição de Acesso: não se aplica

Unidade Gestora: AJ/JUAARH (Classificação conforme OS PRESI nº 001/2015 – BNDES)

40
A

Anexo IV ao Contrato OCS nº 494/2018

Termo de Confidencialidade Assinado pelo Contratado



Hugo Ribeiro Ferreira
OAB/RJ nº 58.426
Advogado

BW

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E NÃO DIVULGAÇÃO

CARLOS CESAR DA COSTA BELEM, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e de suas Subsidiárias **BNDES Participações S.A.** - **BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes **CLÁUSULAS** e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES – CONTRATO OCS Nº 494/2018**, celebrado em 11/12/2018, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do **CONTRATO** ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por empresa que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do **CONTRATO OCS Nº 494/2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da **CLÁUSULA SEGUNDA** deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

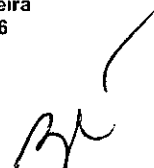
Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, a **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do **CONTRATO OCS Nº 494/2018**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do **CONTRATO OCS Nº 494/2018**, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.



CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

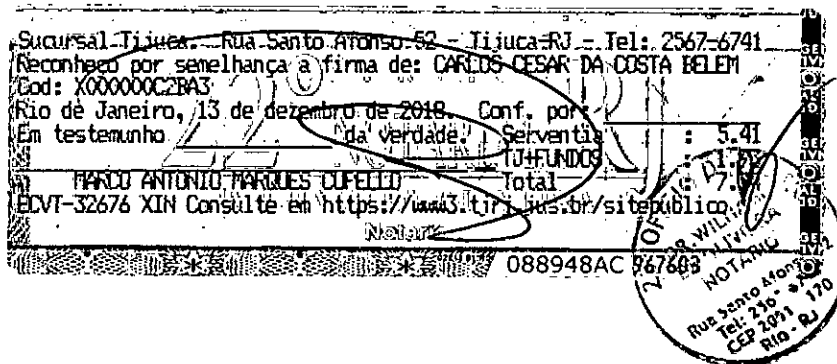
As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do **CONTRATO OCS Nº 494/2018**, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2018.



CARLOS CESAR DA COSTA BELEM



DECLARAÇÃO

Carlos César da Costa Belém, brasileiro, solteiro, Produtor Cultural e Professor, residente e domiciliado na Rua do Bispo, 160, Bloco 1 / 303, Rio de Janeiro, RJ, portador da carteira de Identidade nº 06720058-4 I.F.P., inscrito no CPF sob o nº 817.633.017-53, declara ao BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES:

I - não integrar a posição de empregador;

II - não ser empregado ou dirigente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou de suas subsidiárias (BNDES Participações S/A – BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME), bem como não ter terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com tais empresas há menos de 6 (seis) meses;

III - não possuir relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com: (i) dirigente de Empresa do Sistema BNDES; (ii) empregado cujas atribuições envolvam a atuação nos processos de licitação ou contratação; ou (iii) as seguintes autoridades: (a) Presidente da República; (b) Vice-Presidente da República; (c) Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; (d) Ministro do Trabalho e Previdência Social; (e) Ministro das Relações Exteriores; (f) Ministro da Fazenda; e (g) Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

IV - não estar incurso(a) em nenhuma das hipóteses de impedimento à contratação previstas nos termos do art. 38, da Lei nº 13.303/2016;

V - estar ciente das disposições do Regulamento do Concurso para Escolha de Espetáculos Musicais para Apresentação no Espaço Cultural BNDES, aprovado pela Resolução Nº 3341/2018 - BNDES, de 14/08/2018, em especial dos impedimentos previstos no art. 17 da referida norma.

O declarante informa que está ciente de que a falsidade do conteúdo da declaração ora prestada acarretará a instauração de procedimento administrativo punitivo em face do mesmo com a aplicação das sanções contratuais cabíveis, bem como a rescisão unilateral do contrato que vier a ser celebrado com o BNDES, além de o sujeitar às demais sanções civil, administrativa e penal cabíveis.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de
2018

